

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.295 - SP (2019/0297336-5)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : FABIO ROGERIO DONADON COSTA  
**ADVOGADO** : FABIO ROGERIO DONADON COSTA - SP338153  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : NEILSON SILVA LEITE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de NEILSON SILVA LEITE contra decisão monocrática que indeferiu o pedido liminar formulado perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2219312-80.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 9 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, art. 288, *caput*, c/c o art. 69, todos do Código Penal (fls. 58/86).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na origem, cuja liminar foi indeferida pelo Desembargador Relator (fls. 87/88).

No presente *mandamus* (fls. 3/21), o impetrante sustenta constrangimento ilegal pela aplicação da pena-base acima do mínimo legal, por fundamentação que aponta ser inidônea.

Insurge-se, ademais, contra a aplicação do regime inicial fechado, em desacordo com o entendimento firmado nos enunciados n. 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e 440 desta Corte.

Requer, liminarmente e no mérito, a redução da pena-base para o mínimo legal, a aplicação de regime inicial mais brando e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É o relatório. **Decido.**

É assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691/STF, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade. A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA IMPETRAÇÃO. ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU O PEDIDO DE LIMINAR. SÚMULA 691/STF. EXCEPCIONALIDADE NÃO EVIDENCIADA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Não se verifica hipótese excepcional, que se caracteriza pela flagrante ilegalidade, verificável de plano, idônea a possibilitar a superação do óbice contido no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal. 2. A decisão agravada não merece reparos, porquanto proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 309.271/SP, Rel. Min. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO – Desembargador Convocado do TJ/PE –, Quinta Turma, DJe 8/5/2015).*

*PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O art. 557, caput, do CPC, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Preliminar de desrespeito ao princípio da colegialidade rejeitada. 2. O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que denega liminar, a não ser em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal - o que não ocorre na hipótese tratada nos autos. Ademais, o presente HC foi formulado em patente descompasso com o sistema recursal vigente, notadamente o art. 16, parágrafo único, da Lei n. 12.016/2009, segundo o qual "da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre". 3. Esta Corte vem entendendo perfeitamente aplicável em casos tais o entendimento sumular antes referido, considerando a natureza precária do ato apontado como coator proferido em sede mandamental (STJ, 5ª Turma, AgRg no HC 290557/SP, rel. Min. Jorge Mussi, DJe 25/09/2014). 4. Agravo regimental*

# Superior Tribunal de Justiça

*desprovido.* (AgRg no HC 287.726/SE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, DJe 11/2/2015).

No caso, consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal, pois suficientemente motivada, conforme se extrai dos fundamentos apresentados às fls. 87/88.

Ademais, não se vislumbra ser o caso de atuação prematura desta Corte, para analisar eventual constrangimento ilegal na aplicação da pena e na fixação do regime inicial, porque a questão suscitada pela defesa será enfrentada quando do julgamento de mérito do *habeas corpus* na origem. Sem a manifestação do Tribunal *a quo*, esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691/STF, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial deste *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator